

Notas Bibliográficas

WANSBROUGH, Henry: *The use and abuse of the Bible: a brief history of biblical interpretation*. London / New York: T&T Clark, 2010. 209 pp., 21,5 X 13,5 cm. ISBN 978-0567-09057-7.

O autor é monge beneditino. Foi professor na Faculdade de Teologia de Oxford e também membro da Pontifícia Comissão Bíblica.

A obra é dividida em 13 capítulos, ao longo dos quais o autor apresenta, em ordem cronológica, uma série de exemplos de como a Bíblia foi usada e interpretada pelas comunidades (cristãs e judaicas) ao longo dos séculos.

O primeiro capítulo apresenta o uso do Antigo Testamento no Novo. Levando em conta que a maioria dos autores dos livros do Novo Testamento eram judeus, era de se esperar que usassem as Escrituras seguindo as práticas comuns de argumentação e comprovação em seus textos que eram comuns aos demais autores judeus do séc. I d.C.

O segundo capítulo aborda o período dos Padres apostólicos e toma como figuras exemplares Melitão de Sardes, que fez uma exegese lírica do texto da Paixão, e Irineu de Lião, com o qual começa a ser formado, naquele período de muitas e variadas experiências, o conceito de ortodoxia.

O terceiro capítulo apresenta a exegese de Orígenes, aclamado frequente e justamente como o maior estudioso da Escritura na Igreja Antiga, ainda que, depois de sua morte, tenha sido acusado de heresia. Tratamento especial é dado ao modo como Orígenes tratou do “sentido oculto das Escrituras”.

No quarto capítulo, emerge a figura de São Jerônimo e sua preocupação com a *hebraica veritas*. Sua obra, a Vulgata, marcou definitivamente a vida e o pensamento da Igreja de expressão latina.

Sendo o autor de nacionalidade inglesa, não poderia deixar de lado Beda, o Venerável, considerado por muitos como o último dos Santos Padres. Nesse capítulo, o autor dedica-se à clássica questão dos quatro sentidos da Escritura.

No sexto capítulo, o autor apresenta dois homens de peso: S. Bernardo de Claraval e S. Tomás de Aquino. Bernardo é o clímax da formação monástica realizada através da leitura e estudo da Bíblia. São apresentadas também suas controvérsias com Cluny e Abelardo. No que diz respeito a Santo

Tomás, ainda que seja mais conhecido por sua influência determinante na teologia dogmática, não se deve nunca desprezar a atividade e a produção exegética do *Doctor Angelicus*, podendo ser considerado o fundador dos estudos bíblicos modernos.

Um espaço para duas mulheres é aberto no sétimo capítulo: Juliana de Norwiche e Margery Kempe, ambas da região de Norfolk, concluem a série de capítulos sobre o período da Idade Média. Em ambos os casos, a abordagem leva em conta especialmente o papel da Escritura na vida e nos escritos místicos dessas mulheres.

Iniciando o período correspondente à Idade Moderna, o oitavo capítulo apresenta Martinho Lutero e seus conflitos com o Magistério e a Hierarquia. Lutero reconhece à Escritura um papel único e insubstituível no que diz respeito à definição daquilo que é a fé da Igreja. O autor reconhece que Lutero teve intuições importantes no que diz respeito a questões que, de fato, necessitavam uma nova compreensão, mas a radicalização de ambas as partes envolvidas nas disputas acabou levando, infelizmente, a mais uma ruptura no seio da Igreja.

O capítulo 9 apresenta o nascimento da assim chamada *King James Version*, versão protestante da Bíblia para o inglês concluída em 1611 e que se tornou obra de referência para a língua e a literatura inglesa a partir do séc. XVII, como um exemplo do papel da Escritura em meio aos jogos políticos. A versão patrocinada pelo rei James I visava especialmente substituir a até então popular versão inglesa da “Bíblia de Genebra”, a qual estava carregada de espírito antimonarquista, tanto nas opções de tradução quanto nas notas de rodapé.

Ainda na esteira da Reforma, agora na sua vertente metodista, o capítulo 10 apresenta os irmãos Wesley, John e Charles, e sua produção poético-literária como exemplo de apropriação do texto bíblico.

No capítulo 11, a figura do Cardeal Newman surge como exemplo de um estudioso da Bíblia às voltas com duas importantes questões: a relação entre Escritura e Tradição e o confronto dos dados bíblicos com as descobertas arqueológicas e com a crítica literária. As intuições de Newman nesses dois âmbitos anteciparão o que será oficialmente estabelecido no Concílio Vaticano II, na Constituição Dogmática *Dei Verbum*.

O capítulo mais polêmico (12) talvez seja aquele que apresenta o uso do texto bíblico no movimento que resultou na criação do Estado de Israel. O A. mostra como as descrições do que teria sido a tomada/ocupação da terra de Canaã no livro de Josué bem como do que teria sido o território dos reinos de Davi e Salomão nos livros de Samuel e Reis foram e continuam sendo usadas como argumentos historicamente válidos e consistentes para que o moderno Israel reivindique e justifique a expansão de suas fronteiras, inclusive desconsiderando os direitos da população palestina.

O último capítulo (13) introduz o leitor na prática da *Lectio Divina*. Inicialmente, o A. toma alguns trechos da *Dei Verbum* que dizem respeito à importância da Escritura na vida de fé e ao modo como o crente deve aproximar-se ao texto bíblico. Em seguida, apresenta as orientações de Guigo II, prior da Grande Cartuxa (séc. XII) para os quatro passos da *Lectio Divina* (*lectio, meditatio, oratio, contemplatio*) e os aplica, como exemplo, ao texto do Pai-nosso. Segue, por fim, um breve capítulo como conclusão geral da obra.

Como instrumentos de complementação ao estudo, no final de cada capítulo, o A. apresenta sugestões bibliográficas para aprofundamento do tema exposto. Na p. 180, encontra-se uma sucinta “linha do tempo”, com as principais datas referentes ao conteúdo dos capítulos. No final da obra, encontram-se ainda uma lista bibliográfica e um índice dos temas e autores trabalhados.

A obra é de leitura agradável, sem deixar de ser séria e exata nas informações que apresenta, sendo, portanto, adequada também para o público não especializado em exegese e/ou hermenêutica bíblicas. A opção do A. de apresentar exemplos significativos de abordagem do texto bíblico na sucessão histórica ilustra de maneira muito eficaz o modo como o texto da Escritura continuou e continua falando a homens e mulheres de todas as épocas que consideram a Bíblia como Palavra de Deus.

Claudio Paul SJ

GNILKA, Joaquim: *Pedro e Roma: A figura de Pedro nos dois primeiros séculos*. Tradução do original alemão de 2002 por Paulo Ferreira Valério. São Paulo: Paulinas, 2006. 311 pp., 23,6 X 16 cm. Col. Bíblia e história. Série maior. ISBN 85-356-1690-X.

O autor é um teólogo e exegeta alemão, muito conhecido no âmbito dos estudos bíblicos, por sua rica produção, mormente, sobre o Novo Testamento. Seu estudo a respeito de Pedro é de grande relevância, se considerarmos o entrave que representa para a unidade das igrejas cristãs as dimensões assumidas pelo líder máximo da Igreja católica, reconhecido como sucessor de Pedro. A condição de teólogo católico não impediu JG de fazer um estudo honesto das fontes referentes ao apóstolo, sem descambar para o facciosismo. O leitor tem acesso a tudo quanto foi dito de Pedro e poderá, por si mesmo, avaliar a pertinência da interpretação do autor. Em todo caso, as sucessivas divisões sofridas pela igreja de Cristo ao longo dos tempos, girando em torno do tema do primado de Roma, decorreram mais das ambições humanas que das fontes escritas da tradição cristã. Deste modo, o estudo de JG

é um mapeamento valioso dos dois primeiros séculos de caminhada cristã, recolhendo e interpretando tudo quanto se falou do apóstolo Pedro.

Sem cair na tentação do historicismo, o autor considera que os autores neotestamentários tiveram preocupações históricas. Eis porque a exegese pode recuperar elementos históricos ligados aos personagens dos textos neotestamentários. “Uma exegese que renuncia à dimensão histórica corre o risco de transformar-se em um jogo sem compromisso, em arte pela arte” (p. 17). Por isso, embora recorrendo à análise narrativa, por exemplo, no tocante às tradições evangélicas, vai além dos limites impostos pelo método, chegando a reconhecer a historicidade de muitos componentes da narração. Às vezes, até demais!

A obra está dividida em 9 capítulos, passando por um itinerário biográfico para chegar a uma espécie de *Wirkungsgeschichte* da figura de Pedro na literatura dos dois primeiros séculos. Após apresentar o *status quaestionis* da pesquisa a respeito de Pedro (cap. I), passa-se a estudar a origem e a profissão do apóstolo (cap. II), servindo-se de dados com plausibilidade histórica, arqueológica e sociológica. O cap. III aborda Pedro na condição de discípulo de Jesus, servindo-se das narrativas evangélicas que, como se verá no cap. VI, comportam diferentes impositões em torno da figura do apóstolo. O cap. IV verifica o lugar de Pedro na comunidade primitiva, na condição de líder da igreja de Jerusalém e suas atividades apostólicas, como difusor da mensagem evangélica. O cap. V descreve as atividades de Pedro em Roma até seu martírio. Detém-se, longamente, nas questões referentes ao lugar de sepultamento do apóstolo e seu túmulo. O cap. VII detém-se no epistolário neotestamentário, cuja autoria é atribuída a Pedro, ou seja, a 1 e 2 Pe. Coloca-se, aqui, a questão da existência de uma escola petrina. Para o autor, como havia em Roma várias comunidades cristãs, “pode-se pensar que o surgimento das cartas de Pedro tenha suas raízes em uma dessas comunidades domésticas” (p. 217). Nas páginas 218-222, o autor faz um resumo dos resultados obtidos nas investigações do período neotestamentário. O cap. VIII, centrando-se na 1ª carta de Clemente e na carta de Inácio de Antioquia aos romanos, verifica o significado da figura de Pedro e a centralidade de Roma no período pós-neotestamentário. Além das alusões ao apóstolo nas listas de bispos/presbíteros romanos, verifica-se a importância de sua figura no encaminhamento de alguns conflitos no interior da igreja, entre outros, a questão da data da festa da Páscoa. Por fim, o cap. IX verifica as alusões ao apóstolo na literatura apócrifa. JG, até então, evitou referir-se aos apócrifos petrinus, partindo do princípio de que “é preciso opor-se à tendência a apagar a fronteira entre escritos canônicos e não-canônicos” (p. 37). As páginas 295-298 contêm um resumo dos dados obtidos na pesquisa sobre o período pós-neotestamentário. No final de cada tópico, consta uma bibliografia básica do tema em questão e, no final, uma bibliografia geral. Um índice temático e de nomes históricos e outro de citações bíblicas encerram o volume.

Chama a atenção o esforço de JG para fazer aflorar o núcleo histórico das tradições petrinas, servindo-se do material no qual centrou a pesquisa. Tem-se a impressão de ter sido muito generoso em afirmar a historicidade de certas tradições petrinas neotestamentárias, cuja preocupação, nas teologias narrativas em que se encontram, não era prioritariamente histórica. Como se sabe, as narrativas bíblicas tratam os dados históricos com bastante liberdade. Por isso, urge aceitar com a devida cautela o que JG considera dado histórico, no tocante ao apóstolo Pedro.

O valor do trabalho de JG é inegável. Poderá ser de grande utilidade no diálogo entre as igrejas cristãs, interessadas no tema da unidade. É sempre aconselhável voltar às raízes, *sine ira ac studio*, como aconselhava Tácito, para evitar o equívoco de fundamentar os pontos de vista em argumentos histórica e escriturísticamente questionáveis. A obra de JG, apesar de sua proximidade, é um excelente instrumento para isto.

Jaldemir Vitório SJ

BÖTTRICH, Christfried / EGO, Beate / EISSLER, Friedmann: *Jesus und Maria in Judentum, Christentum und Islam*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht & Co. KG, 2009. 205 pp., 13 X 21 cm. ISBN 978-3-525-63399-1.

Apesar de o Cristianismo, o Judaísmo e o Islamismo terem tido atritos e conflitos graves ao longo da história, haurem juntos muito de um rico fundo bíblico da fé abraâmica no único Deus criador. Predominaram tempos conflituosos, com ilhas de bonança. No momento atual ameaçado, impõe-se, além de razões pragmáticas, buscar uma base teológica comum para um conviver pacífico. Os cristãos já avançaram no diálogo com os judeus. Com o Islã, está-se antes nos começos. Faltam conhecimentos teológicos dos diversos parceiros. Este livro sobre Jesus e Maria faz parte da “Coleção Judaísmo, Cristianismo e Islamismo” que pretende contribuir nessa direção, já que essas três tradições teológicas têm pontos em comum. Este é o segundo livro de uma série que começou com Abraão. Jesus e Maria são pontos importantes de dissenso e convergência entre essas três tradições de fé. Daí nasce a necessidade desse estudo. Embora as três partes sejam escritas por especialistas nas três tradições, contudo eles partem do ponto de vista cristão sem deixar de respeitar as divergências. Dirigem-se predominantemente a um público de leitores cristãos.

O livro tem três partes: Jesus e Maria no Judaísmo, no Cristianismo e no Islã. B. Ego escreveu o texto sobre Jesus e Maria no Judaísmo. Mostra as duas

tendências na literatura judaica sobre Jesus. Uma, antiga e medieval, em que se fazem afirmações fortemente ofensivas a Jesus e a Maria. Excetua-se o elogioso texto de Flávio Josefo, mas de cuja autenticidade pairam dúvidas. Uma literatura judaica mais recente, pelo contrário, se caracteriza por um “trazer Jesus para dentro de casa”. Não o faz no sentido de acolher sua messianidade, mas de considerá-lo um “grande irmão” que ocupa lugar importante na história da fé de Israel.

A segunda parte, *Jesus e Maria no Cristianismo*, escrita por C. Böttrich. A tônica é totalmente outra. Jesus faz parte das grandes personalidades da história do mundo por sua palavra e ensino. A história de Jesus não se reduziu a sua narrativa, exerceu influências e efeitos em todos os campos. Semelhantemente se pode dizer de Maria, cuja presença atinge um universo inabarcável da cultura e da história ocidental com ampla irradiação desde o início da idade moderna. A força poderosa da figura de Jesus lhe vem naturalmente da fé nele, como o Cristo, o Senhor, o Filho de Deus. Nesse ponto, choca-se com a fé judaica do monoteísmo monopessoal em confronto com todo politeísmo. A reflexão teológica cristã respondeu a tal crítica com a compreensão de Jesus, como Filho de Deus, na unidade da divindade. O esforço cristão em relação às outras duas confissões monoteístas consistiu em mostrar que a fé em Cristo, Filho de Deus, não nega a fé num único Deus. A abertura do Judaísmo, como se viu no texto de EGO, consiste na acolhida de Jesus, como mestre de sabedoria judaica e profeta.

Maria entrou no mundo cristão, que herdou a estrutura patriarcal do Judaísmo, como a grande figura feminina de identificação. Incorporou o elemento maternal. A ela as mulheres dirigem sua esperança, que sem isso teriam pouco espaço. Até a teologia moderna, Maria se mostra portadora de um potencial libertador político, ocupando lugar importante e irrenunciável. O culto de Maria equilibra-se. De um lado, tudo lhe vem de ser Mãe do Filho de Deus e, de outro, exerce a função de mediadora para chegar ao Filho e à Trindade. Na Reforma, o papel mediador de Maria foi questionado. Aceitavam-na como modelo de fé, mas não mediadora, já que Cristo é o único mediador. A teologia católica distingue adoração de invocação. A primeira a Deus, a outra a Maria e aos santos, mas em dependência da ação salvífica de Jesus. Os judeus a consideram uma extraordinária mulher judia. Os evangélicos também.

A terceira parte, escrita por F. Eissler, aborda Jesus e Maria no Islamismo. Maomé se sentia especialmente próximo de Jesus, filho de Maria. Os profetas receberam missão divina. Mas entre mim e Jesus não existiu nenhum profeta. Lê-se numa Sura (4, 171) que “o messias Jesus, o filho de Maria, é somente o Enviado de Deus e sua palavra, que ele ofereceu a Maria”. O Islamismo confessa monoteísmo fechado. As narrações corânicas de Maria e Jesus confirmam impressionante proximidade. Concepção e nascimento ocupam quase 1/3 de espaço. Há coincidências e distâncias expressivas

entre o Corão e os evangelhos. As narrativas da infância não lançam ponte para a da paixão, que não aparece no Corão. Não interessam ao Corão os grandes temas cristológicos como: significado salvífico da morte de Cristo, seu sofrimento vicário, reconciliação, redenção. Mais: a concepção de um sacrifício para redenção da humanidade é estranho e inaceitável no Islã. O diálogo deve caminhar para além do encontro com as belas narrativas da infância de Jesus para tocar o ponto nodal da fé na morte e ressurreição de Jesus.

O livro traz contribuição para o diálogo inter-religioso. Pois estuda as pessoas de Jesus e Maria nas três tradições. Interessa-se, porém, principalmente em fazer dialogar o Cristianismo com as outras duas religiões.

Toca questões centrais desses diálogos de forma clara e simples. Além disso, apresenta excelente seleção bibliográfica sobre os três temas.

João Batista Libanio SJ

NOUWEN, Henri J.M.: *Una carta de consuelo*. Tradução do original inglês de 1982 por Ramón Alfonso Díez Aragón. Santander: Sal Terrae, 2009. 101 pp., 20 X 11,5 cm. Col. ST Breve, 72. ISBN 978-84-293-1836-4.

Henri Nouwen é conhecido por seus apreciados escritos de espiritualidade. Desta vez, somos brindados pelo A. com esta bela “carta de consolação”, endereçada a seu pai no momento de superação do luto pela morte de sua mãe. Organizada em nove capítulos, trata-se de uma profunda e tocante reflexão sobre a vida tomando-se como ponto de partida o seu reverso, isto é, a morte. É um convite ao amadurecimento de nossa compreensão da vida; com efeito, o fato da morte da mãe como que propõe ao autor e a seu pai “uma tarefa nova e honorável” (p. 28); provoca neles “um novo modo de ser” (p. 29).

Não devemos ser tão alheios à morte. É necessário “estabelecer amizade” com ela (p. 32), tratá-la como “um hóspede familiar” (p. 34), pois assim, fazendo-nos “amigos da morte, podemos afrontar nossa condição mortal e escolher a vida livremente” (p. 34). Ora, o sentido da vida que se adquire com esta familiarização com a morte é dada pela fé cristã, pela “fé n’Aquele cujo amor venceu a morte” (p. 36). Encarar a morte tem sentido quando se proclama o amor a cada Páscoa celebrada (p. 39). Ressalve-se, aqui, o sentido pascal da morte, sobre o qual insiste Nouwen.

A morte é nossa juíza, na medida em que nos desnuda diante do que realmente conta em nossa vida (p. 45). Ela nos conscientiza quanto à rapi-

dez com que nossas “grandes vidas” são esquecidas (p. 41), o que naturalmente nos leva “a distinguir entre os muitos aspectos acidentais e os poucos elementos essenciais” da existência humana (p. 45). Destarte, nossa vida passa a ser um “processo que nos leva a nos familiarizar com a morte, como uma escola que nos ensina a arte de morrer” (p. 46).

No apêndice do evangelho de João, encontra-se o relato de uma aparição do Cristo Ressuscitado a Pedro, ocasião em que o Senhor revela ao discípulo a morte deste (cf. Jo 21,18s). A partir deste dado bíblico, Nouwen conclui que “um crescente abandono ao que não conhecemos é um sinal de maturidade espiritual e não exclui a autonomia” (p. 55). Graças a este processo espiritual “podemos viver nossa vida mais livres do que antes”, bem como “experimentar de um modo novo nossa total dependência do amor de Deus” (p. 56).

Ora, “a morte não pertence a Deus. Deus não criou a morte” (p. 80). Assim sendo, a perspectiva da morte nos mobiliza para a busca do amor de Deus, donde resulta que “uma vida com Deus nos abre a tudo o que está vivo” (p. 80). Por conseguinte, “uma pessoa verdadeiramente religiosa não deve considerar a morte nem como uma libertação da tensão da vida nem como uma ocasião de descanso e de paz” (p. 80).

A morte nos induz à conversão: é o que leva Nouwen a referir a seu pai as alterações que este vive e lhe deseja que “tua parte mais terna ocupe mais o centro” (p. 27); “[...] estás ‘convidado’ [...] a reconsiderar toda tua vida” (p. 41). A aceitação da morte – não como atitude de passividade, mas de empenho consciente – dá-se num autêntico processo espiritual. Ela nos leva à descoberta do amor de Deus em nossa vida, do qual nem a morte pode nos separar (cf. Rm 8,38).

Consiste este livro numa bela, profunda e sugestiva meditação sobre a vida a partir de seu avesso – a morte –, que há de levar o leitor a se encontrar consigo mesmo, com os demais e com Deus a partir de uma renovada e transparente compreensão da existência humana.

Paulo César Barros SJ